

3

O Cenário: Análise da Trajetória Histórica da Educação Ambiental – em busca das raízes

3.1

A EA e o Contexto Contemporâneo

Este capítulo é destinado à análise do processo histórico-político da EA e suas repercussões no Brasil. Procura situar a EA no contexto contemporâneo, problematizando alguns aspectos e características de sua práxis em relação ao nosso momento atual. O que será destacado a seguir é, justamente, o cenário e o conjunto de eventos e momentos que levaram à consolidação da proposta da EA. A partir daí esperamos recolher subsídios para estudar a institucionalização da EA brasileira e assim, conjugar elementos que possibilitem compreender o objeto de nosso estudo. Portanto, para situarmos a inserção institucional da EA neste cenário, será preciso discutir o que caracteriza nosso conturbado momento, onde a consolidação das instituições e as regulamentações sociais são processos cada vez mais difíceis e contraditórios. Para muitos autores esta é uma das características da pós-modernidade como denominam Bauman (1998) e Santos (2005) ou das conseqüências da modernidade (reflexiva) como preferem Guiddens (1991) e Beck (1997).

Não cabe aqui aprofundar tal discussão, entretanto, é fundamental compreender as bases deste debate. Fridman (2000) ao mapeá-lo parte do pressuposto de que: o que se chama *modernidade* diz respeito as mudanças materiais, sociais, intelectuais e políticas ocorridas à partir do final do século XVII, na Europa, com a emergência e a difusão do iluminismo e que acabaram por se misturar com a revolução industrial e com as transformações trazidas pelo capitalismo, com uma ideologia calcada na inovação permanente e em uma ‘obsessiva idéia de progresso. Para ele, tais mudanças ‘alteraram a face do mundo’ descortinaram horizontes muito amplos e podem ser acionadas com proveito até hoje no tratamento de questões contemporâneas, entretanto, seria:

“duvidoso supor que as forças decisivas que impulsionam a vida atual

resumem-se a prolongamentos da especialização da divisão do trabalho, do processo de racionalização ou da luta de classes. A ancoragem exclusiva nas águas dos clássicos pode resultar inclusive em uma simplificação da tarefa de compreensão dos fenômenos correntes”.(p.11).

Também não é nossa intenção aqui, entrar no debate conceitual sobre a inserção da EA no que se poderia chamar de “pós-modernidade”, como propõem Lyotard (1989) e Jameson (1991) ou na “modernidade tardia” ou jamais fomos modernos de Latour (1994), na “hipermodernidade” conforme defendida por Lipovetsky (2004), na modernidade líquida de Bauman(2005), ou ainda modernidade reflexiva (Guiddens, 1991) enfim. Certamente a análise da inserção da EA em qualquer uma das abordagens acima é um ponto que merece maiores aprofundamentos teóricos, e que sem dúvida, podem irão contribuir para a percepção mais ampliada do cenário-contexto da EA brasileira. No entanto, nossa intenção neste momento é apenas situar a EA no momento contemporâneo a fim de problematizar o seu processo de institucionalização. Não iremos, portanto, nos aprofundar nos temas particulares deste debate importante, e certamente, transversal ao nosso, mas tentaremos focar os problemas colocados pelos autores que afetam mais diretamente a institucionalização da EA, ao nosso ver.

Partido desta abordagem, concordamos com Quaranta-Gonçalves e Soares (2004) a respeito da idéia de que a EA não pode ser pensada de forma descolada do contexto ao qual se apresenta. Para sustentar esta idéia, as autoras defendem que é importante assumir a perspectiva da pós-modernidade como recorte histórico e adotam como referencial a obra de Zygmunt Bauman. Para elas, a EA é uma expressão contemporânea que em muitos aspectos se aproxima e se distancia do projeto pós-moderno, em seu trabalho, as autoras vão desenhando o percurso da EA percolada pelos filtros da modernidade.

O que procuramos mostrar neste capítulo, portanto, é um pouco do contexto-mundo no qual a EA institucionaliza-se, analisando alguns dos aspectos que podemos considerar como relevantes para as nossas posteriores análises, por se apresentarem nos dados empíricos, evidenciando tais características muitas vezes apontadas por teóricos da questão contemporânea.

A origem da EA está associada ao que os estudiosos da contemporaneidade irão tratar como a emergência dos “Movimentos Verdes” , “Movimento Ecológico” ou “Movimento Ambientalista”. Castells (1999) avalia o movimento ambientalista como tendo provocado grande impacto nos valores culturais e instituições da sociedade contemporânea (no último quarto do séc xx). O autor comenta que:

“As ações coletivas, políticas e discursos sob a égide do ambientalismo são tão diversificados que se torna praticamente impossível considerá-lo um único movimento. Todavia, sustento a tese de que é justamente essa dissonância entre teoria e prática que caracteriza o ambientalismo como uma nova forma de movimento *social descentralizado, multiforme, orientado à formação de redes e de alto grau de penetração.*” (pág 143).

O autor em sua análise faz uma diferenciação entre ambientalismo e ecologia. Em que compreende ambientalismo como sendo:

“todas as formas de comportamento coletivo que tanto em seu discurso como em sua prática, visam corrigir formas destrutivas de relacionamento entre o homem e o ambiente natural, contrariando a lógica estrutural e institucional atualmente predominante” (op.cit.,pág 143)

A ecologia, do ponto de vista sociológico, para o mesmo autor é definida como sendo:

“o conjunto de crenças, teorias e projetos que contempla o gênero humano como parte de um ecossistema mais amplo, e visa manter o equilíbrio desse sistema em uma perspectiva dinâmica evolucionária. Na minha visão, o ambientalismo é a ecologia na prática, e a ecologia e o ambientalismo na teoria.” (pág 144)

Nesta diversidade interna ao movimento ambientalista o autor, enumera diversas expressões deste movimento no contexto mundial e desenvolve uma tipologia do ambientalismo, baseado na caracterização dos movimentos sociais de

| Tipologia dos movimentos ambientalistas | | | |
|---|---|---|--------------------------------|
| Tipo (exemplo) | Identidade | Adversário | Objetivo |
| Preservação da Natureza (Grupo dos Dez, EUA) | Amantes da Natureza | Desenvolvimento não-controlado | Vida Selvagem |
| Defesa do próprio espaço (Não no meu quintal) | Comunidade Local | Agentes Poluidores | Qualidade de Vida/Saúde |
| Contracultura, ecologia profunda (Earth first! Ecofeminismo) | O ser “verde” | Industrialismo, tecnocracia e patriarcalismo | “Ecotopia” |
| Save the planet (greenpeace) | Internacionalistas na luta pela causa ecológica | Desenvolvimento global desenfreado | Sustentabilidade |
| “Política verde” (Die Grünen) | Cidadãos preocupados com a proteção do meio ambiente | Estabelecimento político | Oposição ao poder |

Tourraine. *Adaptado de: Castells (1999).*

Ao falar do histórico político dos “movimentos verdes” Giddens (1996) pontua: ainda que o movimento tenda com frequência a situar-se na esquerda, não existe uma afinidade óbvia entre a ecologia radical e o pensamento esquerdista. Segundo o autor as primeiras formas de ecologia e conservacionismo estavam associadas especialmente à crítica da modernização oriunda do chamado Velho Conservacionismo (*old conservancy*), que preconizava a preservação dos elementos naturais de forma isolada de aspectos sociais. No entanto, para ele as

idéias ecológicas não tiveram uma ligação privilegiada com o conservadorismo, mais do que com a esquerda ou com o liberalismo. Seria mais exato ver as filosofias verdes não como caracteristicamente nem de direita nem de esquerda, mas como refletoras das mudanças na orientação política da “Modernidade Tardia ou reflexiva”. Segundo o autor:

“Não decorre dessa observação que devemos aceitar a teoria política verde sem questionamentos; essa teoria é tanto uma expressão dos problemas políticos e sociais que enfrentamos atualmente quanto uma solução para eles..” (p. 230)

Também Castells (1999) propõe a hipótese de que existe uma relação direta entre os temas abordados pelo movimento ambientalista e as principais dimensões da nova estrutura social. Para o autor:

“A sociedade em rede que passou a se formar dos anos 70 em diante: ciência e tecnologia como os principais meios e fins da economia e da sociedade; a transformação do espaço; a transformação do tempo; e a dominação da identidade cultural por fluxos globais abstratos de riqueza, poder e informações construindo virtualidades reais pelas redes da mídia. Na verdade, todos esses temas podem ser encontrados no universo caótico do ambientalismo e, ao mesmo tempo, nenhum deles pode ser claramente discernível em casos específicos.” (pág 154)

Neste contexto, cabe apontar que a EA possui uma dupla origem. Dois marcos são igualmente relevantes para a compreensão da sua importância, bem como esclarecem em parte, a penetração e inserção desta modalidade educativa na sociedade como um todo. Um berço marcante da EA foi à academia. Atribuí-se o pioneirismo à Universidade de Keele em 1965 em um Seminário sobre educação e meio ambiente, onde foi apresentado o conceito de educação ambiental (Dias,1998)

Por outro lado, admite-se que a EA tenha surgido no bojo dos movimentos sociais dos anos 60, como pauta de reivindicação política. Esta dupla formação, acadêmica e social, é uma característica eloqüente de uma das principais características de nosso mundo contemporâneo, sendo uma das principais características da modernidade reflexiva Guiddens (1991).

Este é apenas um de outros aspectos mais amplos e dinâmicos que tem a ver com este momento atual. Por um lado, a crítica à fragmentação do saber, à disciplinaridade, ao reducionismo e ao mecanicismo consideradas críticas ao pensamento moderno por Santos (2005) por exemplo. Por outro lado, o aspecto plural, universalista, multifacetado, aglutinador, fluido, em rede, consideradas por Bauman (1998) como características pós - modernas.

Castells (1999) afirma que:

“Essa sociedade é caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em rede; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão de obra. Por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pela transformação das bases materiais da vida – o tempo e espaço- mediante a criação de um espaço de fluxos de um tempo intemporal como expressões das atividades e elites dominantes. Essa nova forma de organização social, dentro de sua globalidade que penetra em todos os níveis da sociedade, está sendo difundida em todo o mundo, do mesmo modo que o capitalismo industrial e seu inimigo univitelino, o estatismo industrial, foram disseminados no século XX, abalando instituições, transformando culturas, criando riqueza e induzindo a pobreza, incitando a ganância, a inovação e a esperança, e ao mesmo tempo impondo o rigor e instalando o desespero. Admirável ou não, trata-se na verdade de um mundo novo” (pág 17)

Considera-se que o esgotamento da modernidade:

“Levou a um mundo onde a razão e as autoridades são vistas com desconfiança; em que indivíduos estão sempre em movimento; em que predominam as sensações; as aventuras, a sedução, o pluralismo, em que a vida se assemelha a um jogo e não se desprezam oportunidades, mas ao se assumem as conseqüências e as responsabilidades.”(p.1)

Podemos tentar definir, *grosso modo*, a idéia de pós - modernidade como um período do capitalismo contemporâneo que, como diz Bauman (1998), substitui a era *hardware* do capitalismo pesado da era moderna, da industrialização e das máquinas, para a era do *software*, do capitalista de *laptop* e *celular*. Ou seja, corresponde a passagem do capitalismo industrial ao capitalismo financeiro e todas as influencias sociais, culturais, estéticas, artísticas e ambientais que isto acarretou.

Do ponto de vista ambiental, as mudanças são ainda pouco estudadas. A principal razão para isso se deve ao fato de que a preocupação ambiental emerge na sociedade praticamente ao mesmo tempo em que vai emergindo o capitalismo financeiro ou pós-industrial. A mudança de paradigmas vem sendo concomitante. Portanto, permitindo que muitas lacunas de conhecimento permaneçam ainda abertas.

Mas alguns aspectos deste universo já têm sido bem mapeados. Cada vez mais autores vem alertando sobre os riscos da apropriação discursiva pelo capitalismo financeiro do tema ambiental. Alguns têm demonstrado a habilidade desta faceta do poder econômico de manipular o debate e articular o discurso a seu favor. Este tem sido o caso proposto por Layrargues(1995) a respeito do marketing ecológico ou verde, de Portilho (2005) ao analisar criticamente a questão do consumo e sustentabilidade em nossa sociedade essencialmente consumista, aliás uma das principais características do atual capitalismo, e de Andrade,Tachizawa e Carvalho (2002) ao criticarem os sistemas de gestão ambiental sem uma perspectiva educacional crítica.

Para o filósofo francês Lyotard (1989) a condição pós – moderna, se caracterizaria pelo encerramento das metanarrativas, ou seja, dos grandes, discursos, das grandes verdades, dos grandes esquemas incluídas aí os discursos religiosos, as grandes promessas políticas, as glórias da ciência. Assim não haveria mais garantias morais, fato que teria atirado o homem contemporâneo num momento de incertezas e inquietudes. Como a ciência teria perdido o estatus de fonte de certeza e de verdade, não haveria outra “garantia” a não ser a dúvida.

Jameson (1997) filósofo marxista identifica a pós modernidade como sendo uma fase do capitalismo, ou em suas palavras a “*lógica cultural do capitalismo tardio*”.

Há no entanto, outras perspectivas filosóficas para a idéia de pós-

modernidade, como por exemplo a de Habermas (2000) quando alerta para o risco de que no contexto deste “novo mundo pós-moderno” estejam sendo reforçados e revigoradas tendências neoconservadoras, radicais e intolerantes.

Para Bauman (2001) a pós-modernidade é vista como o que flui, daí a metáfora da modernidade líquida. A fluidez tem a ver com a conquista de liberdades, ao mesmo tempo em que se afrouxam as responsabilidades. Para o autor, na verdade a modernidade líquida, acaba por estabelecer um mal estar na medida em :

“Não [há] mais grandes líderes para lhe dizer o que fazer e para aliviá-lo da responsabilidade pela consequência de seus atos; no mundo dos indivíduos há apenas outros indivíduos cujo exemplo seguir na condução das tarefas da própria vida, assumindo toda a responsabilidade pelas consequências de ter investido a confiança nesse e não em qualquer outro exemplo.” (p. 39).

Giddens (1996) fará uma correlação direta entre esta instabilidade e fluidez do contexto contemporâneo com a política ecológica:

“a política ecológica é uma política de perdas – a perda da natureza e a perda da tradição -, mas também é uma política de recuperação. Não podemos voltar à natureza ou à tradição, mas, individualmente e como humanidade coletiva, podemos buscar a remoralização de nossas vidas no contexto de uma aceitação positiva da incerteza artificial. Dito dessa forma, não é difícil perceber o porquê de a crise ecológica ser tão fundamental para as formas de renovação.” (p.257)

Bauman (2001) elenca cinco conceitos que considera como categorias centrais na organização da vida humana em sociedade: ***emancipação, individualidade, tempo/espaço, trabalho e comunidade***. A partir daí, o autor traça um cenário de transformações e mudança destes conceitos-chave, na contemporaneidade, tentando justificar sua perspectiva de fluidez perpassado tais categorias. Nas palavras de Bauman (2001):

“Essa obra de arte que queremos moldar a partir do estofado quebradiço

da vida chama-se “identidade”. Quando falamos de identidade há, no fundo de nossas mentes, uma tênue imagem de harmonia, lógica, consistência: todas as coisas que parecem - para nosso desespero eterno - faltar tanto e tão abominavelmente ao fluxo de nossa experiência. A busca da identidade é a busca incessante de deter ou tornar mais lento o fluxo, de solidificar o fluido, de dar forma ao disforme. Lutamos para negar, ou pelo menos encobrir, a terrível fluidez logo abaixo do fino envoltório da forma; tentamos desviar os olhos de vistas que eles não podem penetrar ou absorver. Mas as identidades, que não tornam o fluxo mais lento e muito menos o detêm, são mais parecidas com crostas que vez por outra endurecem sobre a lava vulcânica e que se fundem e dissolvem novamente antes de ter tempo de esfriar e fixar-se.” (p. 97).

Assim, o mundo-contexto pós-moderno é fluido, nele as relações não são estáveis, elas não são para sempre, não são estáticas, são mediadas pelo contexto das relações e das redes de relações as quais cada um dos atores é parte. Há uma eterna busca de identidades, o trabalho se confunde com quem somos, a profissão se confunde com a identidade e vice-versa. Não há verdade absoluta, principalmente vinda do Estado, lócus onde todos desconfiam, as instituições se fragilizam, torna-se difícil consolidá-las, a não ser, se por um imenso consenso, mas como atingi-lo? Como legalizá-lo?

Este é um ponto de particular interesse em nossa aproximação com este eixo teórico, uma vez que a EA no Brasil, como veremos adiante, conseguiu estabelecer um sistema legal completo, com legislações federal, estadual e muitas, e cada vez mais, legislações municipais. Com um grupo em consolidação de educadores ambientais. Mas quem são os educadores ambientais? Enfim, são questões que emergem quase que naturalmente, a partir de alertas teóricos como os propostos acima.

Em muitos sentidos a EA se identifica com o cenário-contexto pós-moderno, no entanto, em muitos outros sentidos propõe críticas à condição pós-moderna. Sua posição é desconfortável, subversiva, no sentido atribuído por Carvalho (2005). Para Quaranta-Gonçalves e Soares (2004) “na educação ambiental, uma atenção especial deve se dar a presença do Outro e à

subjetividade”(p.14), pois o espaço da educação ambiental é justamente o da construção coletiva, fluida, que se torna capaz de dissolver os limites físicos da escola como local de aprendizagem, ultrapassando-a como instituição da modernidade pesada.

Neste sentido, ela se contrapõe a algumas condições pós-modernas como a massificação – universalização, mas ao mesmo tempo é uma aproximação com a idéia de fluidez de rompimento de barreiras e fronteiras. Por outro lado, as autoras apontam para o fato que:

“A Educação Ambiental critica o processo da modernidade, a sua ordem artificial, o monopólio da razão, as normas éticas impostas de cima para baixo, o mecanicismo, o uniformismo cultural, a padronização de valores e da cultura, o mito do ilimitado e contínuo progresso, o projeto universal, os comportamentos condicionados, as certezas absolutas e os donos da verdade (de qualquer ideologia). Também rejeita o modelo consumista de mercado, da modernidade líquida, que deprecia o cidadão e hipertrofia o consumidor: questiona a segunda postura ao valorizar a construção da cidadania. Não cabe à educação ambiental desprezar por desprezar o variado cabedal de conhecimentos arrolado pela ciência moderna, mas utilizá-lo dentro de princípios morais, e praticar as conquistas da pós-modernidade criticamente: ser fascinante, bem-humorada, sedutora, espontânea; valorizar o estético, sem descuidar do ético; abrir o leque de identidades (não estimular sua troca constante pelo simples fato de trocar”); praticar o convívio com o diferente, seja este um ser humano ou um ser vivo de outra espécie; desmistificar projetos políticos e partidários de exercício totalitário do poder; cultivar a solidariedade e a cooperação, esquecidas no pós-moderno. Precisa respeitar e valorizar os pluralismos culturais e os conhecimentos tradicionais; compreender as incertezas e contradições humanas, e trabalhar para torná-las uma fonte de criatividade; dedicar-se à construção do eu moral, através da prática da ética de Levinas, e da intersubjetividade, na tradição fenomenológica. Tais sementes, bem cultivadas, promoverão o desabrochar de novos modelos de sociedade, mais justos, abertos e plurais. A esperança permanece...” (p.14).

Ao contrário das autoras acima, Vieira (2001) ao falar da atuação da sociedade civil no espaço público contemporâneo como algo próprio deste tempo, irá afirmar que:

“A prática da cidadania depende de fato da reativação da esfera pública, em que indivíduos podem agir coletivamente e se empenhar em deliberações comuns sobre todos os assuntos que

afetam a comunidade política. Em segundo lugar, a prática da cidadania é essencial para constituição da identidade política baseada em valores de solidariedade, autonomia e do reconhecimento da diferença...” (p.73).

Quanto a subjetividade e a relação com o outro Guiddens (1993) abordará as transformações da intimidade enquanto conexão direta e dialética com as tendências globalizantes da vida moderna. O que existem são novas configurações da subjetividade, colocando em evidência conceitos tais como identidade, é “ *a construção do eu enquanto projeto reflexivo*” onde as relações sociais e as trocas podem ter potencial de mudança na realidade moderna.

Assim sendo, podemos situar a EA neste cenário-contexto pós-moderno, onde estas questões começam a ser colocadas. Ainda apoiados nas reflexões de Bauman, vale ressaltar, que apesar do que foi exposto, é necessário refletir ainda, sobre o fato de que a EA muitas vezes acaba por produzir um “mal estar”, no sentido atribuído por Bauman (1998).

Para tentar compreender esta idéia recorreremos ao texto de Carvalho (2001), onde a autora nos chama atenção para a construção do campo de ação dos educadores ambientais. Apoiando-se no conceito de campo social em Bourdieu (1996), que configura espaços de relações objetivas entre posições, relações de força específicas, com certo grau de autonomia que:

“propõem aos que neles estão envolvidos um espaço de possíveis que tende a orientar sua busca definindo um universo de problemas, de referências, de marcas intelectuais (frequentemente definidas pelos nomes de personagens-guia), de conceitos em ‘ismo’, em resumo, todo um sistema de coordenadas que é preciso ter em mente – o que não quer dizer na consciência – para entrar no jogo” (Bourdieu, 1996. p.53 apud Carvalho, 2001. p. 19).

Assim, transitando nesse microcosmo social, Carvalho tenta se apropriar destas considerações para sustentar a idéia de campo ambiental, como um espaço

social de relações aonde os “educadores ambientais” vão se consolidando e tecendo suas redes de possíveis. Em outras palavras, ao constituírem-se como grupo, num campo, fortalecem identidades entre si e vão se distinguindo como grupo na sociedade.

Este grupo possui um projeto social bem definido, embora contraditório, de apropriação do tempo e do espaço. Dito de outra forma, a autora nos faz refletir sobre o processo de construção do discurso dos educadores ambientais, destacando suas trajetórias na constituição de suas narrativas que vão elaborando um conjunto de saberes e práticas a ponto de constituir um campo ambiental que fortalece e cria identidades e dinâmicas sociais.

Carvalho salienta, assim, o processo de estabelecimento do que chamou de um “sujeito ecológico” marcado por seu tempo, datado pelo contemporâneo, capaz de apropriar-se de uma noção clara da perspectiva espaço-temporal escolhida em seu projeto. Isto porque o educador ambiental fala para as “gerações futuras” e questiona a maneira como o espaço é utilizado pela sociedade capitalista, ele defende a criação de áreas protegidas, de unidades de conservação, que devem ser mantidas fora do alcance do modo de produção capitalista, uma contramão no mundo globalizado e neoliberal.

A autora percorre a trilha de educadores ambientais, personagens de seu trabalho, para analisar a “trama dos sentidos” na tradição ambiental, destacando sua consolidação enquanto discurso e seu espraiamento nos mais variados segmentos sociais. A partir daí, Carvalho comenta que o educador ambiental é um intérprete de seu tempo e do campo ambiental recheado por seus conflitos e contradições singulares. Assim, é possível falar em uma demarcação ética do campo ambiental, a partir das diferentes concepções de natureza, de EA, de si mesmos que irão povoar os diferentes grupos de educadores cada qual com sua visão específica do setor no qual estão engajados.

Este universo de ‘significação ambiental’ também pode ser visto como um território lingüístico, no sentido atribuído por Chomsky (1971), pode-se notar o surgimento de comunidades lingüísticas distintas que se interpenetram que se interpretam buscam articulações e rejeitam-se entre si evidenciando uma dinâmica social intensa.

Neste sentido Castells (1999) fala que “o movimento ambientalista é provavelmente o protagonista do projeto de uma temporalidade nova e

revolucionária” (pág 157) ,uma resposta ao embate histórico pela nova temporalidade e a realização do tempo glacial conceito de Lash e Urry (a relação entre homem e natureza é um processo evolucionário de longo prazo).

Buscando uma aproximação com Bauman (1998), pode-se pensar que o mal estar da EA reside dentro dela mesma, assim como para Freud o mal estar da civilização estava dentro da própria civilização. Isto porque a EA que possui um discurso tão global, abrangente, aglutinador, não consegue consensos dentro de seu próprio campo, as tensões são evidentes quando nos deparamos com o outro, com o “estrangeiro” no sentido atribuído por Larrosa (2002), qual é verdadeira “sociedade sustentável” e qual “geração futura” se fala? Ao algumas questões possíveis para uma análise mais detalhada. Além do mais, este campo paradoxal, ambíguo, contraditório, feito de opostos, me parece típico do domínio do que, para Bauman, é o pós-moderno. Este transito facilitado entre o popular e o erudito, entre o passado e o presente, o moderno e o antigo, o global e o local, a preservação e o desenvolvimento, são paradoxos comuns no campo ambiental que fomenta as narrativas e constitui o discurso da EA e dos educadores ambientais, como por exemplo:

A EA, muitas vezes, se coloca como uma nova modalidade de educação, mas sua ‘novidade’ é respaldada por uma busca de referenciais históricos, ou personagens-guia, Bourdieu (1996. Apud Carvalho, 2001), o que pode ser notado no caso de Jacques Cousteau, naturalista que defendia, por exemplo, a internacionalização/universalização da Amazônia para que esta fosse protegida, como se algo impuro, a humanidade, não pudesse tocá-la. (Cabe indagar se isso não seria uma espécie de ‘vigilância (in)sustentável’?).

Aqui podemos nos aproximar de Bauman (1998) em outro ponto, quando destaca a importância do conceito de ‘pureza’ para a modernidade e como este traz em seu bojo uma noção de ordem, higiene e estabilidade, elaborando-se assim, um esquema de pensamento centrado na idéia de pureza que podemos observar presentes nos casos acima, como se o humano (mas não qualquer humano) tornasse a natureza impura e não fizesse parte dela.

Atrás desta idéia haveria também uma noção de controle, higiene, saúde, pois até hoje, atribui-se uma série de doenças à Amazônia e o discurso ‘pós-moderno’ da EA o contrapõe com a idéia de que a Amazônia é a verdadeira *panacéia*. Bauman (op.cit.) lembra que:

“A busca da pureza moderna expressou-se diariamente com a ação punitiva contra as classes perigosas; a busca da pureza pós-moderna expressa-se diariamente com a ação punitiva contra os moradores das ruas pobres e das áreas urbanas proibidas, os vagabundos e indolentes. Em ambos os casos, a “impureza” no centro da ação punitiva é a extremidade da forma incentivada como pura; a extensão até os limites do que devia ter sido, mas não podia ser, conservou-se em região fronteiriça; o produto – refugio, não mais do que uma mutação desqualificada do produto, passou como se fosse ao encontro dos modelos” (p.26).

Para exemplificar o exposto acima, corroborando as idéias de Bauman, podemos citar recentes casos de aplicação da Lei de Crimes Ambientais que pune severamente aqueles que, muitas vezes, sobrevivem às custas do extrativismo vegetal ou animal realizado de forma tradicional. Estes indivíduos, culpados por estarem vivendo nas florestas e não nas periferias das grandes cidades, não tem espaço na idéia de pureza e ordem estabelecida.

Sobre este aspecto, cabe ressaltar as idéias de Larrosa (2002) quando destaca que os aparatos sócio policiais, assistenciais e pedagógicos são utilizados no contexto pós moderno para justificar a produção de políticas que visam reduzir os possíveis "rasgos" a ordem e ao progresso, potencializando assim, características positivas de uma sociedade supostamente tolerante. Esta “maquiagem” das realidades sociais produzida por políticas e legislações ideais e idealizadas, criam um sentimento falso de bem estar e propiciam a idealização de uma igualmente suposta sociedade acolhedora, compreensiva, etc . Bauman nos lembra ainda que:

“As utopias modernas diferiam em muitas de suas pormenorizadas prescrições, mas todas elas concordavam em que o “ mundo perfeito” seria um que permanecesse para sempre idêntico a si mesmo, um mundo em que a sabedoria hoje

aprendida permaneceria sábia amanhã e depois de amanhã e em que as habilidades adquiridas pela vida conservariam sua utilidade para sempre. O mundo retratado nas utopias era também, pelo que se esperava, um mundo transparente – em que nada de obscuro ou impenetrável se colocava no caminho do olhar; um mundo em que nada estragasse a harmonia ; nada “fora do lugar”; um mundo sem “sujeira”; um mundo sem estranhos.” (p.21).

Desta forma, podemos identificar aqui como o projeto ambientalista também construiu um mundo ideal, baseado na perspectiva de “Nosso Futuro Comum”, do direito da “gerações futuras” e assim por diante. É claro que são questões importantes para o planeta e sua crise ecológica é evidente, mas é importante também problematizar tais pontos e entender os jogos de força e de poder que estão por detrás dele, a que interesses servem e como estamos nos realizando neste campo. Bauman (1996) *apud* Skliar, (2002) comenta que :

“As dicotomias cruciais para a prática e a visão da ordem social o poder diferenciador se oculta como norma atrás de um dos membros da oposição. O segundo membro é o outro do primeiro, a face oposta. ... por isso a anormalidade é o outro da normalidade, a corrupção é o outro da lei a cumprir, a doença é o outro da saúde, a barbárie o outro da civilização e assim sucessivamente” (p.95)

É neste sentido que me aproximo do texto de Larrosa (2002) quando pergunta para que servem os estrangeiros? Tentando comentar as nuances da retórica do multiculturalismo e indagando, com propriedade, se o discurso sobre o multicultural não trás consigo uma espécie de missão civilizadora de projeto de sociedade, de aniquilamento do outro e da diferença, a fim de apaziguar aquilo que nos inquieta e perturba a ordem.

Assim, este discurso tem como objetivo, tentar minimizar o que o outro possui de inquietante – o discurso psiquiátrico para que o louco fique no seu lugar e não nos inquiete; o discurso pedagógico – normalizador do lugar da criança

(temos certeza de que não somos crianças porque definimos quem será) e assim vão sendo fixadas as identidades. Pelos opostos como Bauman também nos havia dito acima.

É neste ponto que a missão da EA precisa ficar bem definida no contexto-mundo da pós-modernidade contemporânea. Diante dos alertas e da necessária atenção ao quadro que se coloca, é importante estar atento a qual é a missão da EA. Será uma nova missão colonizadora? Será uma missão civilizadora que irá desenvolver valores, hábitos, competências e habilidades “sustentáveis” ou para uma “verdadeira sociedade sustentável”, livre da “barbárie do subdesenvolvimento”? Que missão será esta por detrás da retórica da EA? Quem são os estrangeiros da EA, nós mesmos?

3.2 Consideração Sobre a Trajetória Histórica

Como pudemos ver o contexto-mundo de onde emerge a EA é um período de efervescência cultural, em especial, por conta da sua inserção no bojo dos debates ambientalistas dos anos 60. Portanto, impregnada pela contracultura por um lado e pela ciência, por outro. Sua trajetória é marcada pela influência de outros movimentos sociais e políticos que reivindicavam uma melhor qualidade de vida e questionavam o padrão de desenvolvimento da sociedade ocidental. A EA tem pai e mãe. A ciência e o movimento social, a política. Este é sem, dúvida um ponto marcante de sua característica central que a fará tornar-se plural e capaz de transitar na academia e em pautas políticas nas décadas subseqüentes.

É importante ressaltar, que desde o seu surgimento, o discurso associado à EA é o da via alternativa sobretudo, da estratégia na busca de saídas possíveis para novos rumos sociais. Ela é vista como esperança diante do descontentamento face ao cenário de crise ambiental. Percebida não apenas como perda de ecossistemas e ambientes naturais, mas como de valores e de princípios morais norteadores de uma humanidade mais fraterna e solidária (Tbilisi, 1977 e Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, 1992).

Assim, a EA desponta como alternativa, esperança e estratégia que pudessem dar conta de nossa trajetória comum, que deveria passar a ser sustentável, desde a tomada de consciência de que o planeta vive uma crise sem

precedentes em sua história, colocando em risco o futuro da humanidade.

Lembrando um importante autor contemporâneo, a questão ambiental traz a tona a perspectiva de que vivemos um verdadeiro colapso ambiental para Jacobi (2005):

“Dentre as transformações mundiais nestas duas décadas, aquelas vinculadas à degradação ambiental e à crescente desigualdade entre regiões assumem um lugar de destaque que reforçou a importância de adotar esquemas integradores. Embora ambos os processos fossem concebidos inicialmente de maneira fragmentada, sem vinculações evidentes, hoje se torna mais explícita a sua articulação dentro da compreensão no plano de uma crise que assume dimensões globais. Articulam-se, portanto, de um lado, os impactos da crise econômica dos anos de 1980 e a necessidade de repensar os paradigmas existentes; e, de outro, o alarme dado pelos fenômenos de aquecimento global e a destruição da camada de ozônio, dentre outros problemas” (p.226).

Para melhor explicitar a trajetória histórica da EA, optou-se por realizar um recorte histórico em décadas, procurando destacar em cada período, os fatos mais marcantes para a consolidação do processo de legalização e institucionalização da EA brasileira. Tentaremos, portanto, a seguir, abordar a contextualização histórica da EA no campo ambiental e seus reflexos na sua institucionalização nacional. O trajeto será dividido em décadas, cada uma representando um estágio de maturação e espraiamento da educação ambiental no mundo e seus reflexos no Brasil.

O que abordaremos a seguir é a perspectiva de mudança no cenário da questão ambiental, no qual a EA começa como temática da contra-cultura mas que nas duas últimas décadas irá assumir um papel político cada vez mais consolidado, inserindo-se como um tema de maior destaque ou prioritário no debate internacional e também nacional.

A década de 70 será considerada a *fundação*, momento marcado pela instalação da EA no cenário oficial internacional. Embora haja antecedentes

importantes como conferências na universidade de Keele (Dias, 1992) e inclusive aqui no Brasil, em décadas anteriores, houvesse movimentos que manifestassem preocupação com a EA, em especial de segmentos relacionados a educação popular a EA é lançada em 1972, na Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano, em Estocolmo, Suécia. Neste evento marco para a ONU, onde se debate a questão do ambiente humano, a EA passa então, a ser vista como uma importante ferramenta na construção de um futuro “sustentável”. Durante a conferência o argumento que tratava da necessidade da EA no mundo inteiro foi ganhando impulso e acabou fomentando a criação e concretização do PIEA - Programa Internacional de Educação Ambiental, considerado um primeiro espaço institucional dentro das estruturas da ONU.

A Conferência de Estocolmo teve desdobramento em 1975, em Belgrado, com o Seminário Internacional sobre Educação Ambiental que reuniu 65 países e quando foram estabelecidas as metas, diretrizes e objetivos do PIEA, além de estimular e fomentar um debate mais constante sobre a área. Tal chamada, culminou no Encontro de Chosica em 1976, onde se discutiu a EA no âmbito latino – americano. Este evento produziu a seguinte definição:

“A Educação Ambiental é um instrumento de tomada de consciência do fenômeno do subdesenvolvimento e de suas implicações ambientais que tem a responsabilidade de promover estudos e de criar condições para enfrentar esta problemática eficazmente” (In: Guimarães, 1995, p.19).

Mas sem dúvida alguma, o principal marco político inicial foi a Conferência de Tbilisi, ocorrida na Geórgia, em 1977. A "I Conferência Intergovernamental Sobre Educação Ambiental" que traçou os principais fundamentos, recomendações, objetivos e estratégias de ação. Constitui-se um dos principais documentos produzidos, onde estão as orientações pedagógicas e sugestões para o desenvolvimento da EA, é até hoje, considerado um importante instrumento, indispensável para consulta. Em Tbilisi, foi definida como sendo:

"uma dimensão dada ao conteúdo e a prática da Educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio

ambiente através de enfoques interdisciplinares, e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade" (In: Dias, 1992 p.31).

Nesta definição, observa-se o caráter interventivo e político da EA, além da sintonia com o discurso da interdisciplinaridade que brotava nos meios acadêmicos de então. A pedagogia de projetos, vertente pedagógica recente à época também se encontrava no contexto de suas definições. De fato, participaram da Conferencia de Tbilisi, além de vários países, técnicos e pensadores no campo da educação das principais universidades do mundo. Em Tbilisi também se fazia a advertência de que esta deveria ser:

"uma educação permanente, geral, que reaja às mudanças que se produzem em um mundo em rápida evolução. Essa educação deve preparar o indivíduo, mediante a compreensão dos principais problemas do mundo contemporâneo, proporcionando-lhe conhecimentos técnicos e qualidades necessárias para desempenhar uma função produtiva, com vistas a melhoria da qualidade de vida e proteger o meio ambiente, prestando a devida atenção aos valores éticos" (Dias, op.cit. p.68).

Assim, a conferencia de Tbilisi, refletia e dava prosseguimento as recomendações da conferencia de Estocolmo. Havia no panorama nternacional uma clara definição de rumos e diretrizes. No Brasil, o quadro, no entanto, era bastante diferente. Refletindo a posição dos países ditos "em desenvolvimento", a preocupação com a questão ambiental se fazia sentir como um freio para o franco processo de desenvolvimento almejado pela política desenvolvimentista/progressista dos governos militares. Logo, desde cedo, o país mostrou-se avesso às tendências preservacionistas mundiais que eram percebidas como verdadeiras inimigas do "progresso".¹

¹ Qualquer semelhança com a atual situação da política governamental não é mera coincidência. Há uma evidente retomada da ideologia do progressos e é que algum dia ela esteve afastada de nosso projeto nacional. São fartos os exemplos onde predominan as visões desenvolvimentistas em detrimento as conservacionistas (Caso do São Francisco, Rio Madeira, Amazônia, Angra 3 etc.)

Os anos 80: a década do *silêncio*. Pode-se considerar um período de onde a questão ambiental atingiu o seu primeiro ápice da degradação no Brasil, diversos movimentos internacionais mobilizaram-se para alertar ao mundo a acerca dos imensos danos que estávamos causando a nossa biodiversidade na ocasião. É importante destacar o papel de ONGs formadas na década de 60 e 70 que começavam a se internacionalizar como é o caso do *greenpeace* e do *WWF*, entre outras, que iniciam suas atuações em solo nacional. Outro destaque importante de ser observado desta década é a atuação do setor empresarial, que começa a procurar adequar suas práticas pressionado pela imprensa, pelos movimentos sociais que estão se espalhando e assumindo cada vez mais a temática ambiental. Acidentes ambientais tornam-se destaque na mídia e começa a surgir o jornalismo ambiental que vai se consolidar na década seguinte.

Este aliás, é um aspecto importante, pois uma tendência da EA atual é a educação ambiental havendo redes de articulação bastante fortes entre jornalistas e outros profissionais de imprensa e educadores ambientais. Hoje não um só veículo de comunicação sequer, sem um setor ambiental, e a raiz deste fenômeno começa justamente neste momento em que estamos relatando agora.

Na Europa, o final dos anos 70 e início dos anos 80 marca o surgimento dos partidos verdes, fato acompanhado no Brasil, que tem seu partido verde fundado no final dos anos 80 seguindo o movimento de redemocratização do país. Este é um momento importante para o país e para o movimento ambientalista, diversas lideranças políticas começa a se aproximar do tema e o trazem para a cena política. Este momento tem sido estudado por Loureiro (2004), Ferreira (2003) entre outros.

Para nosso trabalho este é um momento relevante, pois a nossa hipótese de trabalho se assenta, como já dissemos antes, justamente em relação a este aspecto. A institucionalização da EA aconteceu em função da redemocratização do Estado e da possibilidade de articulação no âmbito do Estado, de instancias e espaço e de articulação com os movimentos sociais, no caso da EA, e, especial, a REBEA, permitindo uma inserção peculiar de pautas do movimento social no Estado e também de acionamentos do movimento social por parte do estado no dispa de políticas públicas.

Após quase duas décadas, depois de difíceis negociações e pressões internacionais, sobretudo de agentes financiadores internacionais, o governo brasileiro começa os primeiros movimentos de aceitação das novas tendências mundiais. Alguns autores como Dias (2003) e Guimarães (*op.cit*) entre outros, observam que tal sensibilização do governo militar às questões ambientais era fruto de uma “política para inglês ver” (Dias, *op.cit* p. 80), que na verdade vinha atrelada a uma forte pressão internacional, notadamente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Em 1987 acontecia a Conferência de Moscou, na Rússia, para avaliar os dez anos pós - Tbilisi, que reforçou os conceitos já declarados, e propôs uma estrutura teórica - metodológica para a Educação Ambiental. Em 1988, é promulgada a constituição da República Federativa do Brasil, contendo um capítulo para tratar a questão ambiental, onde se pode ler no capítulo VI artigo 225 inciso VI: “*Promover a Educação Ambiental em todos os níveis e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente*”.

O texto da Constituição Federal demonstra o amadurecimento do discurso ambientalista no Brasil que começava germinar. No entanto, durante os anos 80 ao mesmo tempo em que observávamos este avanço, também era possível notar que os esforços governamentais realizados no campo da EA, a partir da gestão Paulo Nogueira Neto na SEMA, em 1973, haviam sido esforços de inclusão da temática “ecologia” no currículo escolar, havia , como veremos mais amiúde em próximo momento, uma confusão conceitual sobre o que deveria ser a EA, qual deveria ser sua inserção, institucional, programática, disciplinar, enfim, a EA era um adereço sem endereço certo nos anos 80.

O movimento ambientalista, a essa altura, estava consolidando-se em São Paulo e Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. O processo foi lento, é claro, e acompanhou coerentemente o processo de redemocratização da política brasileira. Foi preciso formar quadros, criar espaços, aprender a dialogar, criar ambientes de debates, fóruns, eventos, ambientes reais e mais tarde virtuais. Mas houve um momento marco que impulsionou todos estes processos a ECO-92.

Já os anos 90 podemos considerar a década do **renascimento** e da **consolidação**. Tudo começa quando a ONU declara 1990, o Ano Internacional do Meio Ambiente e o Brasil, se prepara para sediar o mais importante evento governamental já ocorrido no país, a RIO - 92, ou Conferência das Nações Unidas

para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), oficialmente denominada "Conferência de Cúpula da Terra".

Ocorrida no Rio de Janeiro, em junho de 1992, a reunião contou com representantes de 182 países e 103 chefes de estado estiveram presentes, aprovando cinco acordos oficiais internacionais: A Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ou Carta do Rio, também conhecida como Carta da Terra; A Agenda 21; Declaração das Florestas; Convenção - Quadro sobre Mudanças climáticas e a Convenção sobre Biodiversidade. Declarações que até hoje causam polêmicas e que se desdobraram em outros eventos e documentos como o recente Protocolo de Kyoto.

Paralelamente ao evento oficial que ocorria em local de acesso restrito, estava acontecendo um mega evento popular, o Fórum Global ou ECO-92. Cerca de 1300 ONGs, se aglomeraram debaixo de imensas tendas para discutir os problemas que atingiam o mundo. Foi o primeiro encontro popular a reunir representantes de todas as partes do mundo para discutirem seus problemas e precursor do movimento que hoje se conhece como Fórum Social Mundial.

Neste evento numa das tendas montadas diversos educadores ambientais oriundo de praticamente todos os estados do Brasil e de mais de 50 países redigiram coletivamente o "Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global" considerado um documento referencial para a EA mundial e também para o nosso Programa Nacional de Educação Ambiental o ProNEA. Destacamos seu preâmbulo:

“Este Tratado, assim como a educação, é um processo dinâmico em permanente construção. Deve portanto propiciar a reflexão, o debate e a sua própria modificação. Nós signatários, pessoas de todas as partes do mundo, comprometidos com a proteção da vida na Terra, reconhecemos o papel central da educação na formação de valores e na ação social. Nos comprometemos com o processo educativo transformador através do envolvimento pessoal, de nossas comunidades e nações para criar sociedades sustentáveis e equitativas. Assim, tentamos trazer novas esperanças e vida para

nosso pequeno, tumultuado, mas ainda assim belo planeta.”²

A Eco -92 foi sem dúvida um dos primeiros momentos de articulação dos educadores ambientais brasileiros. A mobilização das ongs em torno da produção textual do Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Na ocasião a ong Ecoar Para a Cidadania mobilizou esforços e conseguiu produzir um embrião de organização que foi se consolidando nos anos seguintes, como veremos. Esta mesma ng, da qual participava pessoas como Moema Vezzer, Omar Ovalles, Marcos Sorrentino, Rachel Trajber, estava articulada com outras ongs formando um rede de ongs em torno de temas de gênero e outras reivindicações. Não foi difícil então, prever que no contexto destas articulações começasse a ser desenhada a REBEA, a Rede Brasileira de Educação Ambiental, que começa pouco antes da Eco-92, mas tem na tenda do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis a fecundação definitiva de sua idéia e vê as suas primeiras raízes germinarem ainda durante o evento, espalhando esta nova cultura de articulação/mobilização social, as redes.

Há pouco registro e ainda pouco estudo sobre a história da REBEA e das redes em educação ambiental em geral. Certamente esta será uma das áreas mais profícuas em termos de pesquisa em EA no futuro próximo. Entre as exceções, podemos pinçar Amaral (2006) que é um dos poucos estudos históricos da Rebea, nele a autora conta a sua experiência como facilitadora, secretaria executiva e editora do site da REBEA na internet desde 1997, para justificar o modelo de articulação social em rede e defende suas vantagens do ponto de vista da autonomia e da participação.

Outro exemplo é o de Lima (2006) que analisa o caso da Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental - REASul investiga o universo das “redes” até chegar ao processo de sua implantação e atuação no período de 2002 a 2005, defende a as formas de organização e interação diferenciadas baseadas na democracia, no cooperativismo e na emancipação de seus participantes

² A íntegra deste documento pode ser consultada no anexo I.

possibilitadas na rede.

Sabe-se que há estudos (Labrea, inédito) e levantamentos sendo realizados sobre a cartografia e trajetória das redes no Brasil e esta preocupação já fomentou um edital público do Fundo Nacional do Meio Ambiente FNMA Edital 007/2001 para realizar tal processo, que aliás, será alvo de nossa análise mais adiante.

Ainda no ano de 1992, é importante registrar que a Ong Roda Viva atuante no Rio de Janeiro, também era uma articuladora ativa do processo de fomento da Rebea. Vale ressaltar que na ocasião as Ongs tinham ação regional ou local e a comunicação era lenta, realizada por correio, não havia o recurso da internet, que certamente foi um marco disparador do processo de articulação entre os diferentes atores parceiros do processo.

No ano de 1993 é instituído o Grupo de Trabalho em Educação Ambiental do Ministério da Educação, através da Portaria 773 com o objetivo de estar permanentemente apoiando, coordenando, avaliando e consolidando a EA no Brasil. Concomitantemente, começa a tramitar no Congresso Nacional uma proposta de regulamentação legal desta atividade.

Em dezembro de 1994 foi criado diretamente pela presidência da república o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), atendendo ao que havia sido definido pela Constituição Federal de 1988 e dos compromissos internacionais assumidos com a Conferência do Rio. De acordo com o próprio documento oficial

“compartilhado pelo então Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e pelo Ministério da Educação e do Desporto, com a parceria do Ministério da Cultura e do Ministério da Ciência e Tecnologia. O PRONEA foi executado pela Coordenação de Educação Ambiental do MEC e pelos setores correspondentes do MMA/IBAMA, responsáveis pelas ações voltadas respectivamente ao sistema de ensino e à gestão ambiental, embora também tenha envolvido em sua execução, outras entidades públicas e privadas do país. O PRONEA previu três componentes: (a) capacitação de gestores e educadores, (b) desenvolvimento de ações educativas e (c) desenvolvimento de instrumentos e metodologias, contemplando sete linhas de ação:

- *Educação ambiental através do ensino formal*
- *Educação no processo de gestão ambiental*
- *Campanhas de educação ambiental para usuários de recursos naturais*
- *Cooperação com meios de comunicação e comunicadores sociais*
- *Articulação e integração comunitária*
- *Articulação intra e interinstitucional*
- *Rede de centros especializados em educação ambiental em todos os Estados*” (ProNEA/MEC/MMA, novembro de 2003)³

No entanto, na ocasião a proposta foi muito criticada por vários como Pedrini (1998), entre outros, por evidenciar uma divergência de ações entre o MEC e o MMA, cada qual com projetos, ações, objetivos e equipes independentes, fragmentadas e desarticuladas entre si, fato que ia de encontro com ideais anunciados para o exercício desta atividade que pressupunha, desde Tbilisi, a interdisciplinaridade e a participação da coletividade e da cidadania. Neste ano também era realizado em São Paulo o III Fórum de Educação Ambiental.

Já em 1995, criou-se a Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental, como parte do Conselho Nacional de Meio Ambiente o CONAMA, que, no entanto, só foi reunir-se efetivamente no ano seguinte, esta morosidade no processo fez o movimento ambientalista e os educadores ambientais perderem um pouco do fôlego que só recentemente passou ser retomado. Segundo o documento citado anteriormente, a primeira reunião só ocorreu em junho de 1996, quando se discutiu o documento intitulado “Subsídios para a formulação de uma Política Nacional de Educação Ambiental”, elaborado pelo MMA/IBAMA e MEC. Ainda segundo o documento disponível para consulta pública:

“Os princípios orientadores para esse documento eram a participação, a descentralização, o reconhecimento da pluralidade e diversidade cultural e a interdisciplinaridade.

Ainda em 1996, incluiu-se no Plano Plurianual 1996-1999 “a promoção da educação ambiental, através da divulgação e uso de

³ Documento em consulta nacional disponível em www.mma.gov.br

conhecimentos sobre tecnologias de gestão sustentáveis de recursos naturais”, embora não se tenha determinado seu correspondente vínculo institucional. Em outubro desse mesmo ano, o MMA criou o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental, e em dezembro, firmou um protocolo de intenções com o MEC visando à cooperação técnica e institucional em educação ambiental.

A sigla PRONEA é referente ao Programa instituído em 1994, enquanto que a sigla ProNEA refere-se ao Programa instituído em 1999.

Algumas atividades desempenhadas pelo Grupo de Trabalho foram as seguintes:

- *Elaboração e coordenação da 1ª Conferência Nacional de Educação Ambiental*

- *Estabelecimento de parceria com o Projeto de Educação Ambiental para o Ensino Básico “Muda o Mundo, Raimundo!”*

- *Promoção de Seminários sobre a prática da educação ambiental no ecoturismo, biodiversidade e Agenda 21*

- *Promoção de palestras técnicas, inseridas na ação “Temporada de Palestras”*

- *Definição das ações de educação ambiental no âmbito dos Programas Nacionais de Pesca Amadora e Agroecologia*

- *Promoção do Levantamento Nacional de Projetos de Educação Ambiental.” (op.cit).*

Em 1997, ano em que se completavam 20 anos do encontro-marco de Tbilisi, ocorreram diversas atividades incluindo o Encontro da Rede Nacional de Educação Ambiental, em Brasília conhecido como IV Fórum de Educação Ambiental reunindo 2.868 participantes com trabalhos de todas as partes do país. Este foi um evento de grande importância do ponto de vista da articulação da

REBEA, pois houve intensa mobilização da rede para este encontro.

Outro importante evento foi o Simpósio Brasileiro de Educação Ambiental, promovido pela PUC/RJ, com a participação dos principais protagonistas. Neste ano, também se aprovou a nova LDB que coloca a EA no currículo básico escolar como disciplina pedagógica complementar aos 20% adicionais de carga horária adicionados por lei para o ensino básico.

Para alguns educadores como Layrargues (1995, 1999), por exemplo, a LDB é considerada um retrocesso por colocar a EA como uma disciplina a mais, não correspondendo às premissas sugeridas de interdisciplinaridade e participação voluntária. Outro acontecimento importante é a divulgação pelo MEC dos Novos Parâmetros Curriculares Nacionais, os PCNs, onde a questão ambiental é tratada como tema transversal. Para o ProNEA (ibid.):

“Em 1997, depois de dois anos de debates, os Parâmetros Curriculares Nacionais foram aprovados pelo Conselho Nacional de Educação. Os PCN constituem-se como um subsídio para apoiar a escola na elaboração do seu projeto educativo, inserindo procedimentos, atitudes e valores no convívio escolar, bem como a necessidade de tratar de alguns temas sociais urgentes, de abrangência nacional, denominados como temas transversais: meio ambiente, ética, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo, com possibilidade de as escolas e/ou comunidades elegerem outros de importância relevante para sua realidade.”

O documento ainda lembra outro momento importante na EA nacional desenvolvido no âmbito governamental em articulação com os movimentos sociais. Ao nosso ver consideramos este o primeiro documento escrito no país através de articulações das redes de educação ambiental com o Governo Federal, evidenciando um amadurecimento muito grande no movimento ambientalista nacional:

“Ainda em 1997, durante a 1ª Conferência de Educação Ambiental, realizada em Brasília, foi produzido o documento “Carta de Brasília para a Educação

Ambiental”, contendo cinco áreas temáticas:

- *Educação ambiental e as vertentes do desenvolvimento sustentável*
- *Educação ambiental formal: papel, desafios, metodologias e capacitação*
- *Educação no processo de gestão ambiental: metodologia e capacitação*
- *Educação ambiental e as políticas públicas: PRONEA, políticas de recursos hídricos, urbanas, agricultura, ciência e tecnologia*
- *Educação ambiental, ética, formação da cidadania, educação, comunicação e informação da sociedade” (ibid.)*

Já no ano de 1998, em dezembro, ocorreu um grande encontro internacional promovido pela UNESCO/PNUMA em Thessaloniki, Grécia, que reafirmou os conceitos de Tbilisi, destacando a importância de ações locais de forma contextualizada às realidades de cada comunidade e a importância da implementação das Agenda 21 locais de forma conjugada aos processos de Educação Ambiental, além de uma ampliação na rede de comunicações entre educadores ambientais afim de aumentar o intercâmbio de experiências.

É no contexto destes debates que em 1999 é sancionada a Lei nº 9795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, considerada uma vitória do movimento ambientalista. A Lei aloca a EA no âmbito governamental, define princípios, fundamentos e objetivos da EA, além de dar diretrizes para a sua aplicação nos diferentes níveis de ensino, e nos espectros formal e não-formal. Dá destaque ao fomento de recursos humano, a pesquisa em EA e define regras para a alocação de recursos públicos em EA. Em seu texto pode-se ler:

“Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2o A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.”

Atendendo ao processo de institucionalização da EA ainda em 1999 foi instituída uma Diretoria para o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) no escopo do MMA, que inicialmente, realizava as seguintes ações ainda segundo o documento supracitado:

“· Implantação do Sistema Brasileiro de Informações em Educação Ambiental (SIBEA), objetivando atuar como um sistema integrador das informações de Educação Ambiental no país

· Implantação de Pólos de Educação Ambiental e Difusão de Práticas Sustentáveis nos Estados, objetivando irradiar as ações de Educação Ambiental

· Fomento à formação de Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental nos estados e auxílio na elaboração de programas estaduais de Educação Ambiental

· Implantação de curso de Educação Ambiental à Distância, objetivando capacitar gestores, professores e técnicos de meio ambiente de todos os municípios do país

· Implantação do projeto “Protetores da Vida”, objetivando sensibilizar e mobilizar jovens para as questões ambientais”(ibid).

No entanto, nem todos a consideram um avanço Layrargues(2002), por exemplo comentava que havia muita comemoração e pouca reflexão à época, numa postura cética quanto a conquista do marco legal. Em suas palavras:

“Comemora-se atualmente a institucionalização da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) no Brasil. Trata-se em essência, da consolidação de um processo de inclusão da dimensão ambiental na Educação, que ocorreu de modo paulatino e gradativo

ao longo de pouco mais de duas décadas de esforços dirigidos por parte dos educadores ambientais, com vistas à instauração de uma nova ética na relação estabelecida entre a Sociedade brasileira e a Natureza. Evidentemente, estes esforços foram favorecidos pela disseminação progressiva de uma consciência ecológica pelo tecido social, que institui novas regras de convívio constrangidas pela crise ecológica contemporânea. A sociedade, com efeito, passa por um processo de adequação da sua relação secular com a natureza, instituída desde a constituição da moderna civilização industrial. Porém, as comemorações relativas à conquista de um espaço formal na doutrina jurídica precisam ceder espaço a análises críticas a respeito dos fundamentos, perspectivas e limitações desse fazer educativo consolidado no texto legal”(p.2).

Mais adiante, o autor, que irá se tornar técnico da Diretoria de Educação Ambiental (DEA/MMA) da Gestão da Ministra Marina Silva, além de ser um dos mais expoentes escritores e pensadores da educação ambiental brasileira, argumenta que a instituição da Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil, deve ser realizada de forma crítica, o que não ocorreu, uma vez que houve:

“(a) ausência de oposição política à Lei no 9.795/99; (b) ausência de uma base social profissional minimamente articulada em torno de uma comunidade de educadores ambientais; (c) inexistência de um corpo teórico estruturado a respeito da educação ambiental; (d) indefinição de um campo político-ideológico estabelecido em torno dos modelos pedagógicos possíveis”(...)motivos que poderiam ter acarretado nessa precocidade da Política Nacional de Educação Ambiental, analisando a dinâmica da conjuntura social e política com as representações e concepções a respeito de determinados conceitos contidos no texto da lei, a exemplo de "problema ambiental", "natureza" e "educação ambiental"; para sugerir a hipótese de que a Lei no 9.795/99 retrata fielmente as condições sociais brasileiras, tornando a educação ambiental, portanto, um dos instrumentos ideológicos da conservação da sociedade.”(p1).

Este fato é destacado, pois será relevante *a posteriori*, em nossa análise, pois as idéias de falta de oposição e de precocidade da lei trazem consigo um claro posicionamento político à época, contrário ao *establishment* de então.

Por fim, entramos no século XXI, podemos considerar esta etapa da *institucionalização*. Adiante analisaremos o conceito de institucionalização com mais detalhamento, no momento, vamos assumir a idéia de que neste período a EA ocupa espaços formais nas estruturas de governo de forma definitiva e consolidada. Há cargos, postos, legislações a cumprir, quadros ministeriais, etc. Há portanto, poder, disputas, jogos, dança das cadeiras, articulações, indicações, negociações etc.

Um primeiro movimento neste sentido acontece ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, é criada a Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e no âmbito do MEC há a COEA, a coordenadoria de Educação Ambiental que já em 2001, promove o Seminário Nacional de Educação Ambiental reunindo Secretarias de Educação Municipais e Estaduais e instituições em todo país, investindo na disseminação dos PCNs que utilizam a problemática ambiental como tema transversal.

Na esfera do Ministério do Meio Ambiente, ainda segundo o documento ProNEA/MEC/MMA, (2003):

“Reconhecendo a importância da articulação dos educadores ambientais e suas instituições em modelos de organização horizontal, o MMA iniciou uma ação de fomento à estruturação e fortalecimento de Redes de Educação Ambiental. Nesse sentido, o FNMA forneceu apoio ao fortalecimento da Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA) e da Rede Paulista de Educação Ambiental (REPEA), e forneceu apoio à estruturação da REASUL, da Rede Aguapé e da Rede Acreana de Educação Ambiental.”

Tal fato apontava para a consolidação das redes de EA em todo o país e começava a fortificar a linha de atuação conjunta com a sociedade civil.

Em junho de 2002, a Lei nº 9.795/99 foi regulamentada pelo Decreto nº

4.281, que define, entre outras coisas, a composição e as competências do Órgão Gestor da PNEA, lançando assim, as bases para a execução da PNEA.

Em 2003, com a eleição do atual governo, abriu-se espaço em âmbito governamental. A escolha da Ministra Marina Silva para a pasta de Meio Ambiente, possibilitou um fortalecimento da participação das redes na composição dos demais escalões do ministério. As redes sociais foram consultadas e as mais organizadas conseguiram espaço no governo. Com destaque para a Rede Mata Atlântica e a Rede de Educação Ambiental. Entusiasmados, os chamados “facilitadores da rede”, se propuseram em consolidar o V encontro da REBEA.

Ainda para o ano de 2004, consolidando uma tendência de ação na REBEA que era a produção de seus encontros anuais. Este movimento fica claro no movimento que, ainda em 2003, ocorreu na consolidando a estruturação da REASUL, quando se lançou a Carta de Itajaí mostrando a importância da EA na região sul. Este documento que pode ser encontrado no site da REBEA na íntegra possui um forte caráter político, destaca a importância da atuação em redes e deslança articulações internacionais para a EA brasileira nele podemos ler:

“A Educação Ambiental (EA) apresenta interfaces com várias áreas do conhecimento e precisa ser divulgada e difundida em todos os meios e espaços, sendo a atuação em redes de EA uma estratégia apropriada para essas finalidades. A cultura de redes vem se disseminando e se firmando no país, contribuindo para a difusão do conhecimento científico e outros saberes, com iniciativas que estudam e interagem com a questão da EA e a crise sócio-ambiental. Uma demonstração da força das redes é a realização do II Simpósio Sul Brasileiro de EA (II SSBEA, nos dias 07, 08, 09 e 10 de dezembro de 2003), efetivado no ambiente de parcerias da Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental (REASUL), envolvendo órgãos públicos, ONGS e universidades, entre outros. O II SSBEA, o I Colóquio de Pesquisadores em Educação Ambiental da Região Sul (I CPEASUL) e o I Encontro da REASUL (I EREASUL) recomendam:

- Apoiar a mobilização para impulsionar a organização do V Fórum de Educação Ambiental, em 2004, e o V Congresso Ibero-

americano de Educação Ambiental em 2006 no Brasil;

- Debater nas Redes e eventos a Resolução da ONU para a Década de Educação para o Desenvolvimento Sustentável de 2005 a 2014, assumindo uma posição regional e nacional em defesa da trajetória da educação ambiental ibero-americana;

- Defender a inserção temática da EA na Conferência Internacional de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, convocada pela Universidade do Minho, em Portugal, em maio de 2004;

- Articular discussões com outros países da região para pressionar junto ao Fórum de Ministros de Educação da América Latina e Caribe, para que se inclua a EA em suas discussões e se fortaleça sua institucionalização;

- Fortalecer o Órgão Gestor da Política Nacional – PNEA, e do Programa Nacional de EA – ProNEA, formado pela Coordenadoria Nacional de EA do MEC e pela Diretoria de Educação Ambiental do MMA”

Em 2004, A Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPED) promove o “Grupo de Estudo” de EA em “Grupo de Trabalho” de EA, garantindo mais um espaço para esta modalidade. Mas o fato que merece mais destaque é o apoio do governo brasileiro ao patrocinar dois importantes eventos o II Congresso Mundial de Educação Ambiental ocorrido no Rio de Janeiro em setembro, com a presença de mais de 70 países e em especial o V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, em Goiânia.

É um período marcante pois começa a ficar claro o projeto de ação dos gestores a frente do movimento de inserção governamental da EA nacional. O esforço neste período está concentrado em escolher metodologias e projetos que dêem conta da realidade complexa de nossa país. Em artigo publicado recentemente pelos dois principais gestores da EA brasileira, pode-se observar este movimento em busca de uma ação nacional para a EA:

“Em 2004, foi adotado um livro como tema gerador para articular as atividades nas escolas: Consumo sustentável: um manual de

educação (Idec / MMA / MEC, 2004). Escolher apenas um material para professores de mais de quatro mil municípios de todos os estados, regiões, biomas e estratos sociais do país constitui uma grande dificuldade. Foi adotado um livro que trouxesse uma base comum de conteúdos, complementada por uma pedagogia de projetos que permitisse a construção coletiva. A questão ambiental é apresentada em diversos temas (água, biodiversidade, transportes, alimentação, energia e publicidade), a partir de um apelo a uma nova postura diante do consumo: a consciência de que precisamos nos envolver pessoalmente e ao mesmo tempo em movimentos coletivos de transformação paradigmática.” (Sorrentino et all, 2005, p.290).

Neste trecho fica evidente a linha de abordagem escolhida pelos gestores para a EA nacional, que passaria a focar a formação de educadores ambientais e do fomento a práticas educativas não formais, além de, pela primeira vez, acompanhando demandas dos movimentos ambientalistas de base, inserir transversalmente e interministerialmente a EA, fato que ficou mais claro quando no mês de novembro, MMA e MEC cooperaram para consolidar as redes de educação ambiental no país em especial a REBEA, além de avaliar os progressos das ações governamentais e das parcerias com as ONGs. Cerca de 4000 pessoas participaram. Neste evento foi produzido o importante documento conhecido como Carta de Goiânia.

Enfim, este importante ano marca o fortalecimento da REBEA e sua vinculação e articulação junto ao governo, evidenciando-se no lançamento da Revista Brasileira de EA, com uma edição especial sobre o V Fórum e outro número com trabalhos e reflexões no campo, publicação garantida pelo apoio e patrocínio governamentais.

Em 2005 iremos observar uma intensificação das trocas de informações entre os educadores através da internet, fomentam-se os debates e a REBEA muda sua direção executiva. Esta mudança, numa rede, como se pode imaginar numa estrutura horizontal, foi lenta e acarretou em atrasos de cronograma que se arrastam até hoje , em especial na execução do VI Fórum que ainda aguarda para ser realizado.

No ano de 2006 começa-se a observar um movimento de desconforto entre educadores da REBEA, um grupo tem foco de interesses na realização do VI Fórum, sobretudo na oposição da atual diretoria executiva e outro grupo, a posição, foca seus esforços na consolidação de redes nacionais , em especial o apoio a projetos governamentais com destaque aos Coletivos Jovens educadores.

O órgão gestor da política nacional de educação ambiental fortalece seus esforços em projetos nacionais vinculados a idéia do enraizamento da EA brasileira e publica uma série de documentos que serviriam de apoio ao desenvolvimento de ações de EA no país.

Já em 2007, pressões na estrutura do governo federal em seu segundo mandato, levam a divisão do IBAMA, o principal órgão executivo de meio ambiente e o Ministério do Meio Ambiente reposiciona, de forma secundária, a situação institucional da EA. Em junho deste ano o Governo lança um balanço da situação ambiental brasileira e coloca a EA como um dos principais avanços no campo ambiental dentro da estrutura governamental, o que vêm ocasionando muita polêmica entre os educadores. Alguns emails circulam na lista de discussão da REBEA pedem a renuncia da misnitra Marina Silva, mas há um claro apoio por parte de algumas redes participantes da REBEA conforme podemos observar em Carta a Ministra do Meio Ambiente em 01 de fevereiro de 2008 postada pela Rede Ambiental do Piauí e disponível em rebea@yahoogroups.com.br

Enfim, sob a visão panorâmica do histórico desta atividade, percebe-se que estamos diante de um campo em expansão, mas paradoxalmente ainda sem consensos definitivos sobre seus objetivos, práticas e diretrizes de ação, ou seja, ainda há muitos passos a serem dados, sobretudo ao nível local, quando nos deparamos com problemas complexos específicos de nossas regiões.